A MANOBRA DEFENSIVA BRITÂNICA

SUA INFLUÊNCIA NO EXÉRCITO PORTUGUÊS

Um chefe militar hábil conseguirá,
em muitos casos, escolher posições defensivas
de natureza tão ofensiva, do ponto de vista estratégico,
que o inimigo se veja compelido a atacá-las.
MOLTKE (1800-1891)

Tendo emergido como grande potência naval na passagem do século XVI para o século XVII, a Grã-Bretanha organizou a defesa do seu território com base no poderio da sua esquadra. Dada a sua configuração insular, um potencial invasor sempre necessitaria de cruzar o mar para alcançar território britânico. Deste modo, garantindo o domínio dos mares circundantes, estava assegurada, à partida, a não-necessidade de um confronto terrestre.

Esta realidade influenciou decisivamente a estruturação do Exército britânico, que, muito naturalmente, foi sendo concebido no pressuposto de vir a ser empregue, sobretudo, fora do espaço metropolitano, como força expedicionária. Se, antes da união da Inglaterra, País de Gales, Escócia e Irlanda, os exércitos locais se comportam, a nível interno, de modo semelhante aos seus congéneres continentais, é possível, mesmo assim, descortinar na participação inglesa na *Guerra dos Cem Anos* os traços da estruturação e emprego de forças inerentes a uma potência marítima em operações no ultramar. Assim, assumia-se, com realismo, a inevitabilidade do combate em **inferioridade numérica**, enfrentando adversários que operavam no seu próprio território ou em territórios dele vizinhos. A compensação dessa inferioridade transforma-se, consequentemente, no farol de toda a organização das forças e na condicionante principal da táctica a adoptar em combate, alcançando-se através das seguintes medidas:

- Melhoria da **qualidade** do pessoal combatente
- Reforço da capacidade para **sobreviver** em combate
- Aumento do poder de **fogo**
- Exploração dos **preconceitos** do inimigo
- Apoio da manobra terrestre com **meios navais**, sempre que possível

A melhoria do pessoal combatente vai ser obtida através do recurso a tropas profissionais. Estas, todavia, requerem mais tempo de instrução, sendo, por esse motivo, mais difíceis de substituir. Daqui resulta, naturalmente, a conveniência de as não expor a riscos desnecessários e gratuitos. O soldado profissional acaba por ser tratado, na perspectiva do desgaste, como "material de guerra" a conservar a todo o custo. Esta filosofia orienta o emprego das unidades de combate para a postura que privilegia a protecção do pessoal, isto é, a **defesa**.

Na defesa, todavia, é fundamental evitar o atrito do combate corpo-a-corpo em inferioridade numérica. Deste modo, há que garantir uma forte erosão do inimigo durante o estreitamento do combate, o que se obtém através de um elevado poder de fogo e grande eficácia na sua execução. Surgem assim, nas unidades britânicas, **atiradores** de eleição, sejam eles os archeiros da Idade Média ou os infantes da 1.ª Guerra Mundial.

Depois, usando de argúcia para produzir situações imprevistas, toda a conduta das operações se deveria fazer numa perspectiva de **ruptura com a tradição**, explorando convenientemente a ortodoxia e os preconceitos do inimigo para o compelir a acções directas de

elevado risco. No mesmo sentido, a luta contra os exércitos de massas saídos da Revolução Francesa é conduzida no pressuposto de que o adversário, podendo recorrer à conscrição, aceita sofrer pesadas baixas de forma perdulária.

Por fim, a proximidade do **apoio naval** é frequentemente aproveitado nas suas diversas vertentes: reforço de fogos, apoio logístico e garantia de evacuação em caso de revés.

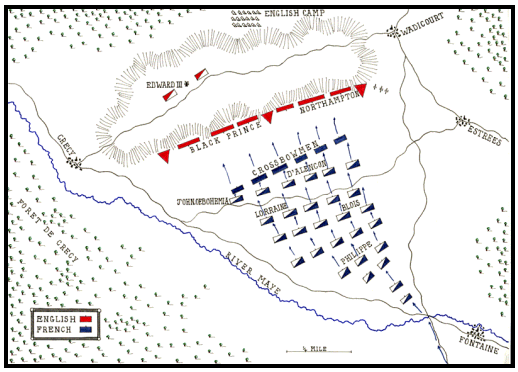
Veremos, seguidamente, alguns exemplos que ilustram o conceito atrás descrito.

A Guerra dos Cem Anos

A participação inglesa na *Guerra dos Cem Anos* (1338-1453), sendo, embora, muito anterior à emergência da supremacia naval britânica, envolve já boa parte das características que atrás enunciámos, incluindo uma bem-sucedida batalha naval (Sluys - 1340). A primeira grande batalha terrestre do conflito tem lugar, a 26 de Agosto de 1346, em **Crécy**, localidade a Sul de Calais. Repare-se no quadro comparativo de forças[1]:

Tipo de tropas	Exército Inglês *Rei Eduardo III*	Exército Francês *Rei Filipe VI*
Cavaleiros	3.900	12.000
Atiradores	11.000 archeiros	6.000 besteiros
Peões	5.000	20.000
Totais	*19·900*	*38·000*

As tropas inglesas estavam em clara inferioridade numérica, mas dispunham, em contrapartida, de superioridade de fogos (além da quantidade, o arco era superior à besta em alcance e rapidez de tiro). Face a esta realidade, o rei Eduardo III instalou as suas hostes na encosta de uma colina, organizando-as em três divisões. Cada uma delas era composta por um centro de cavaleiros apeados, flanqueados, à esquerda e à direita, por alas de archeiros curvadas para diante.



Como era de prever, o exército francês tomou a iniciativa de atacar, fazendo-o desordenadamente e de forma a ser castigado, ainda na fase de aproximação, pelos disparos certeiros dos archeiros ingleses. A pesada cavalaria gaulesa embateu, sem sucesso, contra as linhas dos cavaleiros apeados. Cada nova vaga de atacantes (ao todo seriam 16 cargas de cavalaria) acabava por se emaranhar no que restava das vagas anteriores, ficando à mercê dos disparos dos archeiros, agora a muito curta distância. Cerca da meia-noite, a luta estava terminada. No campo de batalha jaziam 1.500 cavaleiros franceses, sendo diminutas as baixas inglesas. A vitória de Eduardo III consumara-se graças à postura defensiva, ao superior poder de

[1] O rigor dos números apresentados é discutível. Existem diversas versões sobre a quantidade e tipo de tropas presentes na batalha.

fogo e à tonta obstinação dos franceses, imbuídos do espírito de acção directa da cavalaria medieval.

A lenta progressão do conflito só produziu novo confronto digno da classificação de "batalha" em 19 de Setembro de 1356. Nessa data, uma força inglesa de pouco mais de 7.000 homens, sob o comando do príncipe-herdeiro Eduardo, fazia um movimento de recuo do vale do Loire para Bordéus. No seu encalço seguia um exército de 20.000 franceses, liderados pelo rei João II. Eduardo teve a habilidade de retardar o contacto até atingir uma posição que lhe conferia vantagens multiplicadoras do potencial de combate. Próximo de **Poitiers**, a força inglesa encontrou uma elevação na qual ambos os flancos do dispositivo ficavam protegidos por densa floresta. Uma sebe providencial permitia a instalação dos archeiros dominando o único eixo de aproximação para a posição – uma zona baixa, lamacenta, na confluência de duas linhas de água. Estava montada a provocação, sempre numa postura de clara expectativa.

Aceitando a iniciativa, mas não querendo repetir os erros de Crécy, o exército francês optou por desencadear o ataque a pé, evitando o mais que provável atascamento da sua pesada cavalaria. Essa decisão convenceu o príncipe Eduardo de que a sustentação da posição defensiva não poderia ser muito longa, dada a superioridade numérica dos Franceses. Em contrapartida, a concentração das tropas gaulesas num espaço reduzido tornava-as vulneráveis a um envolvimento executado com rapidez e audácia. Foi isso que fez a cavalaria inglesa, enquanto o resto das forças aguentavam os primeiros embates com a infantaria francesa. Atacados de surpresa pela retaguarda, após um envolvimento pela sua esquerda, os Franceses sofreram uma pesada derrota e viram o seu rei cair prisioneiro dos Ingleses.

A terceira importante batalha do longo conflito travou-se, em 25 de Outubro de 1415, próximo da aldeia de **Azincourt**. O exército inglês, sob o comando do rei Henrique V, vinha de efectuar incursões em território inimigo e encontrava-se muito debilitado, devido a doenças e deficiente alimentação. Henrique V decidira, por conseguinte, interromper a campanha e recuar para Calais, onde contava embarcar as suas tropas de regresso a Inglaterra. Aqui, encontramos o mar – como em muitas outras ocasiões futuras – identificado com as características de refúgio e segurança de uma área de retaguarda.

No seu movimento para a costa, a força inglesa de 6.000 homens – na sua maior parte archeiros de equipamento ligeiro – era seguida por um exército francês de 25.000 homens, sob o comando do condestável Charles d'Albret. As forças gaulesas eram compostas por um forte contingente de cavalaria pesada e diversas unidades de infantaria. Temendo ser aniquilado, Henrique V ainda tentou negociar uma trégua com o seu adversário. Presumindo-se em nítida superioridade de meios, os Franceses declararam inaceitáveis os termos da mesma.

Todavia, a presumida superioridade contabilizava, apenas, os meios de combate disponíveis, ignorando os efeitos que o terreno e as condições atmosféricas teriam na arbitragem da batalha. De facto, a pequena hoste inglesa instalara-se num compartimento de terreno de reduzidas dimensões, o qual, devido à intensa chuva caída, ficara muito enlameado. Nessas condições, a movimentação da cavalaria francesa estava condenada a perder velocidade e poder de choque, tornando-se um alvo lento e massificado à mercê dos archeiros inimigos. Levados pelos imperativos éticos da cavalaria medieval – e, incapazes de fugir à vertigem da acção directa –, os cavaleiros franceses lançaram-se ao ataque sem sombra de habilidade, sofrendo uma pesada derrota. O lançamento da infantaria francesa no ataque ocasionou um feroz combate corpo-a-corpo em que, mais do que a bravura, pesou a diferença de ânimo que a primeira parte da refrega criara nos dois campos: confiança no lado inglês, desmoralização entre os Franceses. No final da batalha – concluída com uma indiscutível vitória das tropas de Henrique V –, o exército francês sofrera 5.000 mortos, incluindo d'Albret e outros 500 destacados titulares. Do lado britânico, com apenas 200 mortos, cumpria-se a regra de um exército pequeno não poder sofrer muitas baixas.

As Guerras Napoleónicas

Até ao início da *Guerra Peninsular*, a participação britânica na guerra contra a França saída da revolução de 1789 fora de cariz eminentemente naval. A invasão de Portugal pelas tropas de Junot, em 1807, levou o governo de Londres a planear uma acção de envolvimento estratégico, destinada a enfraquecer o potencial de combate francês na Europa Central. *Sir* Arthur Wellesley – futuro duque de Wellington – acreditava que o envio de 20.000 soldados britânicos para Portugal e a sua junção ao exército português e às milícias locais seria o suficiente para obrigar Napoleão a desviar 100.000 homens do centro da Europa.

Seguindo o alvitre do prestigiado militar, o governo britânico ordenou a preparação de uma força expedicionária, que, sob o comando de Wellesley, desembarca em Lavos, a Sul da Figueira da Foz, em 1 de Agosto de 1808. Recolhendo, progressivamente, o apoio de unidades portuguesas, o exército anglo-luso marchou na direcção de Lisboa, confrontando-se com as tropas de Junot na Roliça (17-08-1808) e no Vimeiro (21-08-1808).

Devido à surpresa do desembarque, o exército anglo-luso dispunha, localmente, de superioridade numérica. Daí que a primeira acção, em **Roliça**, tenha tido cunho ofensivo, terminando com a retirada francesa para Torres Vedras. Embora dando ordem para prosseguir o movimento para Sul, Wellesley sabia que não decorreria muito tempo até que se esbatesse a momentânea superioridade de meios. Prudentemente, manteve as suas tropas próximo da costa para poder, em caso de revés, recolher aos navios. Mais uma vez, a presença dos meios navais acrescentava profundidade ao espaço de manobra.

Enquanto a táctica napoleónica privilegiava o **movimento** como elemento essencial do combate, a de Wellesley baseava-se no primado da **protecção**. Assim, não surpreende que o general britânico tenha concebido a manobra do Vimeiro numa postura cautelosa, em que esperava ver os franceses a correrem os riscos inerentes à iniciativa. No fundo, se é verdade que estrategicamente se adoptava uma postura ofensiva, tacticamente optava-se pela defensiva. Nem a circunstância de as forças combinadas da Grã-Bretanha e de Portugal serem numericamente superiores (15.000 contra 13.000) fez alterar a predisposição para a economia de riscos.

Tendo posicionado as suas tropas em duas elevações, Wellesley obrigava os Franceses a um ataque em que a infantaria teria de procurar o choque no final de uma desgastante subida. Sabendo, também, como era importante para a manobra francesa o desgaste do inimigo obtido pelos fogos prévios da artilharia, o general britânico adoptou, pela primeira vez, posições de **contra-encosta**, nas quais a sua infantaria permanecia desenfiada até que a infantaria francesa ficasse ao alcance das suas armas. Então, as formações britânicas, em **linha**, ultrapassavam a crista topográfica e avançavam o suficiente para dispor dos necessários campos de tiro. Do lado francês, a aproximação fazia-se em **coluna**, formação mais adaptada ao controlo dos movimentos, mas em que o potencial de fogo para diante se limitava às armas da frente do dispositivo. Deste modo, se a coluna fosse atacada antes do que esperava, não tinha tempo para passar a uma formação linear e tornava-se extremamente vulnerável à disciplinada fuzilaria do inimigo – com especial relevo para os bem treinados atiradores profissionais do exército britânico, lídimos herdeiros dos archeiros medievais.

A batalha do **Vimeiro** desenrolar-se-ia muito de acordo com os desejos de Wellesley. O exército francês aceitou tomar a iniciativa, efectuando sucessivas cargas sobre as posições anglo-lusas, durante as quais sofreu pesadas baixas. Esgotados os argumentos ofensivos, Junot recolheu-se a Lisboa e ordenou a retirada das suas tropas. Impunha-se, naturalmente, explorar o sucesso e efectuar a competente perseguição. Mas isso era para outra «escola», mais arrojada, pouco de acordo com as cautelas da doutrina britânica. Wellesley preferiu prosseguir paulatinamente a sua marcha sobre Lisboa, esperando pelos resultados políticos dessa aproximação. Foi o que veio a suceder, na verdade, com a assinatura da *Convenção de Sintra*, pese, embora, a escandalosa benevolência demonstrada para com os invasores derrotados.

Quando, em Junho de 1810, tem lugar a 3.ª invasão francesa, os efectivos do exército anglo-luso rondam 50.000 homens e 60 bocas-de-fogo de artilharia. O comandante francês, marechal André Masséna, entra em Portugal, pela fronteira da Beira-Alta, com forças estimadas em 65.000 homens e 114 bocas-de-fogo de artilharia, com o intuito de alcançar Lisboa. Wellington, aplicando a táctica usual, posiciona o seu exército nas encostas Buçaco, barrando a progressão de Masséna. Para o exército francês, são visíveis apenas duas divisões, ficando desenfiadas de vistas as restantes unidades. Julgando tratar-se de uma guarda-avançada, Masséna ordena o ataque, caindo no erro de lançar as suas tropas num ataque frontal que exigia a habitual carga final a trepar pela encosta acima. A batalha do **Buçaco**, travada a 27 de Setembro de 1810, decidiu-se, uma vez mais, favoravelmente aos anglo-lusos, que repeliram, a tiro e à baioneta, as diversas investidas dos atacantes. As perdas francesas, entre mortos e feridos, atingiram a cifra de 4.500 homens, contra 1.250 dos anglo-lusos. Uma vez mais, o inimigo de Wellington se encarregara de fazer a «despesa principal» do combate, permitindo-lhe tirar partido de todas as vantagens da defesa.

Apesar de derrotado, Masséna não desistiu da marcha sobre a capital do reino. No dia seguinte, constatando que seria inútil repetir o ataque, resolveu tornear as forças luso-britânicas, após uma hábil ruptura de combate de que Wellington se apercebeu tardiamente. Temendo ver-se envolvido pela retaguarda – inviabilizando o seu recuo para Sul –, o general britânico ordenou o abandono apressado das posições e a marcha na direcção de Coimbra. A cidade é atravessada na maior confusão, deixando os habitantes – que ainda festejavam a notícia da vitória da véspera – boquiabertos com a aparência inquieta do que julgavam ser um exército vitorioso. Parecia um absurdo, mas era esta a "escola" britânica, dando prioridade à salvaguarda das tropas.

Deslocando-se para Sul, Wellington levou as suas tropas para trás das fortificações que mandara preparar – as famosas **Linhas de Torres Vedras**. Cabe aqui referir que, com a sua evidente falta de audácia, a escola britânica se encontrava, todavia, muito avançada no capítulo do aproveitamento do terreno e na percepção de que o fogo seria, a breve trecho, o *elemento essencial de combate* a prevalecer nos campos de batalha. O exército francês, por exemplo, precisou de mais um século para concluir, como fez o general Pétain em 1914, que "o fogo mata" (parecendo uma tirada à La Palice, era, na época, um alerta lúcido contra a insensatez da *ofensiva a todo o custo*).

Seria de todo injusto não referir, nesta breve súmula da campanha de Wellington, a excepção que constitui a vitória do exército anglo-luso na batalha de **Salamanca** (22-07-1812). Perante um ataque francês a um dos flancos anglo-lusos, Wellington – que conservara em reserva uma divisão e um forte destacamento de cavalaria – replicou com um fulminante contra-ataque ao flanco da divisão francesa mais avançada, apanhando-a totalmente desprevenida e desapoiada e desorganizando o ataque francês. Como seria de esperar, o êxito de Salamanca fez subir a cotação de Wellington como chefe militar, contribuindo para esbater a ideia de um chefe super-defensivo.

Em 1815, com o regresso de Napoleão do exílio na ilha de Elba, quis o destino que Wellington encerrasse a sua brilhante carreira de autêntico *cabo-de-guerra* utilizando, uma vez mais, todas as técnicas defensivas que o haviam celebrizado. Na batalha de **Waterloo** (18-06-1815), o exército anglo-holandês adoptou uma postura defensiva, utilizando posições de contra-encosta para fugir aos efeitos da artilharia francesa. Depois, perante o assalto francês, subiram à crista, dizimando o adversário com os seus implacáveis fogos de infantaria em linha. Quando, em determinado momento da batalha, as tropas britânicas se viram submergidas pela cavalaria francesa, rapidamente passaram à formação de quadrado, continuando a disparar, em todas as direcções, com assinalável eficácia.

Vencida em Waterloo, a escola ofensiva de Napoleão permaneceria na memória do exército francês. Depois da amarga derrota na *Guerra Franco-Prussiana (1870-71)*, transformou-se

numa autêntica obsessão doutrinária, que a infausta campanha de Agosto de 1914 haveria de sepultar tragicamente.

As Guerras Mundiais

Por volta de 1912, a crise de Agadir e a percepção de que a neutralidade belga poderia vir a ser ameaçada, acentuaram a necessidade de prever uma intervenção militar no continente. O planeamento que se seguiu previa que a *Força Expedicionária Britânica* (FEB) estivesse apta a bater-se, em território francês, ao 15.º dia da mobilização. A estrutura da FEB compreendia seis divisões de infantaria e uma de cavalaria, num total de 145.000 homens, sendo incomparavelmente menos do que as cerca de 80 divisões alemãs ou as 70 francesas previstas para o início das hostilidades.

Logo que a 1.ª Guerra Mundial teve o seu início, o governo de Londres decidiu o envio da FEB para o continente, sob o comando do Marechal-de-Campo *Sir* John French. No entanto, receando desguarnecer completamente o território de tropas do activo, a decisão implicou a redução de 6 para 4 no número de divisões de infantaria inicialmente previstas.

Entre 6 e 10 de Agosto de 1914, as unidades da FEB – totalizando cerca de 80.000 homens, 30.000 cavalos, 315 bocas-de-fogo de artilharia e 125 metralhadoras –, foram-se concentrando nos portos de Southampton e Portsmouth. A 9 de Agosto, partiam para o continente os primeiros navios transportando unidades do exército britânico.

Ia ser difícil, contudo, a cooperação entre a FEB e o exército francês. Era manifestamente diferente o estado de espírito das duas partes – sobretudo pela desigual percepção do grau de urgência que a situação implicava. Os Franceses descobriam, tardiamente, a ameaça de um envolvimento alemão através da Bélgica, exactamente por terrenos que deveriam constituir o sector de empenhamento da FEB. Os Britânicos, antes de se lançarem no combate, não prescindiam de se certificar de que estavam reunidas as condições para a sobrevivência das suas preciosas – porque quase únicas – unidades regulares.

Após uma breve pausa para reunião de unidades na região de Amiens, a FEB pôs-se em marcha para as zonas de concentração de Le Cateau e Mons – esta última localidade já em território da Bélgica.

Céptico quanto à ideia de uma acção ofensiva, o marechal French apercebera-se de que o opositor era bastante superior ao que imaginara. Decidiu, por isso, utilizar o canal de **Mons** não como linha de partida para um ataque – como lhe fora sugerido pelo Alto-Comando francês –, mas sim como obstáculo para uma manobra defensiva, mandando preparar a demolição das respectivas pontes.

Apesar do pessimismo de French, a sua avaliação do potencial inimigo era, ainda, abaixo da realidade. O marechal estimava que teria de se confrontar com um corpo de exército, no máximo dois, mais unidades de cavalaria. Ora sucede que, na madrugada de 23, von Kluck, comandante do 1.º Exército alemão, dispunha, próximo das posições da FEB, de quatro corpos e três divisões de cavalaria, totalizando 160.000 homens e 600 bocas-de-fogo de artilharia. A FEB, na mesma altura, alinhava somente 70.000 homens e 300 bocas-de-fogo.

Como o eixo de aproximação do exército de von Kluck estava bastante deslocado para Oeste, quando se iniciou a batalha de Mons o choque entre britânicos e alemães circunscreveu-se ao sector do II Corpo de Exército. Avançando a descoberto, em formações compactas, os atacantes germânicos começaram a ser dizimados pelo disciplinado fogo dos britânicos, protegidos por trincheiras e abrigos. Os soldados britânicos estavam treinados para executar 15 tiros de precisão por minuto, numa ininterrupta sequência, comandada à voz, de "*carregar – apontar – fogo*". As descargas assim efectuadas, contra formações cerradas em campo aberto, provocaram pesadíssimas baixas aos alemães, que, confrontados com este tipo de fogo, pensavam estar a ser alvejados por metralhadoras.

A meio da tarde, tendo aumentado a pressão da artilharia, as tropas do II CE britânico fizeram saltar as pontes de Nimy e Jemappes e recuaram para uma segunda linha de defesa. Apesar do insucesso global da batalha de Mons, o comportamento do II CE iria entrar na história do exército britânico como um feito de proporções lendárias. O facto de se tratar da primeira batalha travada com um adversário da Europa ocidental, desde a batalha de Waterloo, pesou consideravelmente na sua consagração histórica.

A forma como as tropas britânicas se adaptaram à supremacia do fogo sobre o movimento foi sentida e registada no campo alemão. Em 1916, quando o chefe do Estado-Maior imperial, general Falkenhayn, decidiu regressar à ofensiva na frente ocidental, optou por fazê-lo no sector de Verdun, atribuído ao exército francês, exactamente por considerar que os britânicos eram mais fortes a defender. E isto, note-se, apesar do terreno da Flandres e do Somme, defendido pela FEB, ser muito mais favorável a uma acção ofensiva de ruptura.

Entretanto, nos pouco mais de vinte anos que medeiam entre o final da 1.ª Guerra Mundial e o início da 2.ª, os progressos tecnológicos permitiram desenvolver formas de movimento capazes de resistir aos fogos dos campos de batalha. O emprego dos carros de combate e da aviação de apoio iria criar um **poder de choque** irresistível. Quem soubesse dominar melhor as tácticas de movimento e de ruptura iria – ao menos inicialmente – sair vencedor. A acção ofensiva alemã através das Ardenas, em 1940, seguida de uma inflexão para Oeste, vai apanhar pela retaguarda as tropas britânicas que, entretanto, se haviam internado na Bélgica. Nessa circunstância, de nada valeu a velha escola defensiva que tão bons resultados dera ao longo de seis séculos. A ideia de salvar o exército – que era ponto essencial dessa doutrina – foi, apesar de tudo, conseguida através da evacuação por mar, a partir de Dunquerque, de 338.000 militares aliados, dos quais 224.000 britânicos.

Influência das tácticas britânicas no Exército Português

A política de aproximação à Inglaterra, encetada pelo rei D. Fernando, foi habilmente prosseguida por D. João, Mestre de Avis, durante a crise de 1383-85. As alianças e formação de partidos durante a *Guerra dos Cem Anos* conduziram Portugal para o lado da Inglaterra e Castela para o lado da França. Deste modo, o condestável Nuno Álvares Pereira pôde utilizar, com sucesso, a experiência militar britânica de combate em inferioridade numérica (Crécy e Poitiers) nas batalhas de **Atoleiros** (06-04-1384) e **Aljubarrota** (14-08-1385). Basicamente, tratava-se de aguentar o embate da cavalaria pesada castelhana adoptando a formação em quadrado, na qual todos os combatentes, mesmo os cavaleiros, se encontravam apeados. Eriçado de lanças cravadas em terra, o quadrado garantia um mortífero poder de choque contra as arrebatadas cargas de cavalaria. Dotado de archeiros e besteiros para o fogo durante a aproximação, só faltava, mesmo, que o inimigo fosse suficientemente insensato para não resistir ao impulso de atacar – como, de facto, sucedeu.

A cooperação militar terrestre com a Grã-Bretanha, em acções de campanha, só seria retomada por alturas das invasões francesas. Já antes disso, todavia, serviam no exército português diversos oficiais do exército britânico (embora alguns tivessem outra nacionalidade de origem). Concluída a *Guerra Peninsular*, muitos desses oficiais, enamorados do nosso país, permaneceram em Portugal e envolveram-se nas lutas de cariz civil que se seguiram à revolução de 1820. São os casos do general Tomás Stubbs (futuro Visconde de Vila Nova de Gaia), do coronel João Schwalbach (futuro Visconde de Setúbal) e do coronel Hugo Owen, entre muitos outros menos conhecidos. Na sua maioria, viriam a tomar parte nas chamadas "lutas liberais" como partidários da causa de D. Pedro, duque de Bragança, e de sua filha D. Maria da Glória.

Sem podermos afirmar peremptoriamente que a sua influência no capítulo militar foi determinante, o certo é que a campanha que leva os revoltosos liberais de Inglaterra para os

Açores e daqui para as praias do Mindelo constitui, toda ela, um excelente exemplo de aplicação da doutrina expedicionária britânica que temos vindo a analisar. Assim, no que toca aos acontecimentos normalmente designados por "Cerco do Porto", podemos identificar as seguintes características na montagem e desenvolvimento da estratégia liberal:

- Desembarque de uma força relativamente pequena (7.500 homens) face ao potencial de combate realista (80.000 homens);
- Após a entrada no Porto, ocupação de Vila Nova de Gaia com o apoio dos fogos navais da esquadra liberal;
- Adopção de uma postura defensiva, apoiada em linhas de fortificações análogas às estabelecidas, 22 anos antes, na região de Torres Vedras;
- Manutenção da ligação ao mar através da foz do rio Douro e sustentação de uma força naval como reserva estratégica;
- Utilização da força naval para um envolvimento estratégico (expedição ao Algarve) que decidiu a guerra.

Curiosamente, a situação de impasse a que se chegou no final do ano de 1832 tinha muito a ver com a "escola" britânica que inspirava ambos os partidos. De facto, também do lado miguelista se combatia com as cautelas e as tácticas aprendidas de Wellington e Beresford. As linhas do Porto eram, na verdade, dois dispositivos fortificados, mais ou menos paralelos, em que, como regra, quem tomava a iniciativa de atacar acabava derrotado. Tal como sucede hoje com as equipas de futebol, D. Pedro foi o primeiro a presumir que talvez valesse a pena contratar um "treinador" da outra escola – a escola napoleónica –, julgando que assim encontraria a solução para a ruptura das linhas miguelistas. A escolha recairia na pessoa do general barão Jean-Baptiste Solignac, oficial que servira no exército de Napoleão e havia combatido em Portugal.

Assumindo o comando do exército liberal em Janeiro de 1833, Solignac não encontraria o ambiente propício para um trabalho consequente, tendo o próprio D. Pedro interferido, algumas vezes de forma infeliz, nos planos por si delineados. Mesmo assim, quando sentiu instalar-se a incerteza perante novo impasse, foi de Solignac que partiu a ideia de uma expedição ao Sul do território. O general francês sugeria uma acção com 5.000 homens, na região de Lisboa, hipótese que mereceu a mais viva recusa da maior parte dos conselheiros de D. Pedro, que achavam o efectivo da força demasiado elevado, pondo em risco a conservação da cidade. O que veio a ser aprovado, no entanto, foi mesmo uma acção por via marítima – mas com uma força muito menor – que deveria ocorrer algures no Sul do país, materializando, assim, um autêntico envolvimento estratégico. Perante esta decisão, Solignac pediu a sua demissão, logo aceite pelo duque de Bragança, para satisfação de muitos dos seus conselheiros.

Um pouco mais tarde – 10 de Julho de 1833 –, é a vez do exército de D. Miguel ser entregue a um oficial da escola napoleónica. A escolha recaiu no Marechal-de-França Louis August Victor, conde de Bourmont, aristocrata que se exilara por altura da Revolução Francesa e só anos mais tarde fora reintegrado no exército de Napoleão. Em plena batalha de Waterloo, passara-se para o inimigo, sendo, como convinha, um convicto partidário das causas realistas.

A chegada de Bourmont é, todavia, demasiado tardia. A expedição ao Algarve ia adiantada e travara-se já a decisiva batalha naval do Cabo de S. Vicente. Conquistada Lisboa a 24 de Julho de 1833, as tropas realistas acabam por levantar o cerco ao Porto, em 20 de Agosto.

A influência das doutrinas britânicas no exército português prosseguirá durante o século XIX. Em África, nas campanhas do final do século, a adopção do **quadrado** nos combates em que as forças portuguesas se encontram em grande inferioridade numérica é, em tudo, semelhante à táctica utilizada pelos britânicos na guerra anglo-zulu (batalha de **Ulundi** – 04-07-1879).

Já no século XX, a participação do Corpo Expedicionário Português na 1.ª Guerra Mundial, integrado na FEB, mais reforçou a multissecular ligação doutrinária entre os dois exércitos, ligação essa que durou, praticamente, até à adesão de Portugal à OTAN, quando a doutrina norte-americana passou a constituir a principal fonte de inspiração dos regulamentos de campanha portugueses.

David Martelo

Publicado no *Jornal do Exército* n.º 508 (Junho 2002)